

A DOCTRINA DA ELEIÇÃO NO QUOTIDIANO DOS CRENTES

Rev. Eurípedes da Conceição

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Em nosso cotidiano ministerial temos nos deparado com pessoas que embora se confessem cristãs e tenham um bom testemunho dentro e fora da igreja ainda demonstram ter dúvidas quanto à sua salvação e chamado para o serviço divino, deixando-nos a impressão de estarem vivendo um problema teológico inconsciente. Frequentemente somos interpelados por irmãos muito bem intencionados acerca de temas relacionados à salvação com perguntas como: “Se somos eleitos para a salvação porque temos que perseverar para sermos salvos?” “Para que pregar o evangelho se Deus já escolheu os que serão salvos?”.

Estas e outras perguntas levam-nos a concluir que uma boa parte dos cristãos presbiterianos ainda tem uma visão soteriológica incompleta, subproduto de uma escatologia dispensacionalista semeada por grupos evangélicos e não reformados que começaram a aparecer com maior frequência a partir do início do século XIX.

Uma das maneiras mais eficazes de resolver o problema é fazer uma abordagem resumida, clara e prática da doutrina da eleição e seus efeitos positivos no cotidiano do cristão, inserindo este assunto nos programas de escola dominical e de cultos doutrinários.

I. O PROPÓSITO DE DEUS NA ELEIÇÃO

Uma das coisas que deve fazer o nosso coração repousar é o fato de não sermos senhores de nosso destino nem sujeitos autônomos de nossa história. Deus é o legítimo Autor da nossa história que está “escrita” no “Livro da Eternidade”. Como tudo isso começou?

Com o objetivo de redimir os eleitos por meio de um Redentor, Deus-Pai firmou um pacto de redenção com Deus-Filho. Este pacto, embora tendo sido feito na eternidade (*aionios*), se cumpriria no tempo (*chronos*) e na história. Deus-Filho se “humanizaria” e se tornaria o substituto dos eleitos; sofreria a penalidade de seus pecados, cumpriria todas as exigências da lei divina, justificaria (ou absolveria) os eleitos sob a condição da fé, restaurando-os ao favor de Deus, santificando-os completamente e glorificando-os eternamente. Os termos do pacto da redenção são claros. Todo aquele que o Pai desse ao Filho, este viria a Ele (Jo 6. 37), segundo a vontade do Pai, nenhum deles se perderia (Jo 6. 39). O Pai seria o gestor do processo e o Filho estaria sujeito às suas ordens. Este enviaria o Filho e teria a primazia sobre ele (Jo 8. 42; 10. 29). A primeira “notícia” deste pacto aparece pela primeira vez na história humana por ocasião da queda, na promessa de um Redentor. Ao amaldiçoar a serpente, Deus lhe diz o seguinte: “Porei inimizade entre a tua descendência e o seu *descendente*. *Este* lhe ferirá a cabeça e tu *lhe* ferirás o calcanhar” (Gn 3. 15).¹

O autor é Mestre em Educação Cristã, Doutorando em Ministério pelo CPAJ, Pastor Efetivo da Igreja Presbiteriana da Tijuca, no Rio de Janeiro, e autor do livro “Ensinando Através do Caráter”.

¹ O termo “descendente” encontra-se no singular. É possível que seja uma referência implícita e específica a Jesus Cristo como o descendente de Eva em vez de toda a raça humana.

O pacto da redenção, firmado entre Deus-Pai e Deus-Filho, resultou no pacto da graça, firmado entre o Deus-Triúno e os eleitos, e tem as seguintes características:

1. Substituiu o pacto das obras no qual o homem fracassou pela queda e, conseqüentemente, todos os eleitos.²
2. Ele tem os mesmos termos do pacto da redenção: concerto, contratantes, condições, promessas e penalidades.
3. A essência é a mesma em todos os períodos: patriarcal, mosaico e cristão. Ele também é válido para todas as épocas. A única coisa que “muda” é a forma de expressar visivelmente o pacto. A Adão foi feita a promessa de um Redentor e foram instituídos ritos e sacrifícios para pré-figurarem a expiação.
4. A condição é a mesma em todas as épocas onde é afirmada a fé num Redentor vindouro, que tem a mesma função e valor da fé num Redentor que já veio.
5. Cristo é o Redentor em todas as épocas.
6. Os “santos” do Velho Testamento foram salvos, não pelas obras da lei, mas pela graça *mediante* a fé num Redentor vindouro.
7. Os “santos” do Novo Testamento e posteriores ao Novo Testamento foram salvos, não pela fé, mas pela graça *mediante* a fé num Redentor que já veio.

A pergunta 20 de *O Breve Catecismo* sintetiza e ajuda a esclarecer os dois pactos: “Deixou Deus todo o gênero humano perecer no estado de pecado e miséria? Tendo Deus escolhido alguns para a vida eterna, unicamente por sua vontade, desde toda a eternidade, entrou com eles em um *pacto de graça* para livrá-los do estado de pecado e miséria, e trazê-los a um estado de salvação por meio de um Redentor”.³

II. A OBRIGAÇÃO REQUERIDA PELA LEI DE DEUS

A obrigação requerida pela lei de Deus é a obediência perfeita porque, Deus, como um ser perfeito, não pode requerer menos do que a perfeição na sua lei moral. Desta forma, Jesus diz “Sede vós perfeitos como é perfeito o vosso Pai que está nos céus” (Mt 5. 48); Pedro acrescenta “Está escrito: Sede santos, porque eu sou santo” (1 Pe 1. 16). Fica claro, portanto, que essa lei tem que ser satisfeita em suas mínimas exigências, até a última letra.

A lei de Deus expressa o seu ser essencial. Todas as leis de Deus estão em harmonia com o direito e a verdade imutáveis. A lei de Deus não pode ser posta de lado, da mesma forma que não podem ser postos de lado os atributos de sua natureza, os

² O pacto das obras baseava-se no livre arbítrio e vigorou apenas até a queda. Neste período, anjos e seres humanos tinham a total liberdade de escolher entre praticar ou rejeitar as obras, que eram as ações de obediência exigidas pelo Criador. Por causa do uso inadequado do livre-arbítrio, Lúcifer rejeitou o pacto das obras, recusando-se a continuar obedecendo a Deus. Sua rebelião provocou a queda de vários anjos que o seguiram (Jd 6; Is 14. 12-15; Ap 12. 7-9). Desta forma, a primeira transgressão aconteceu no céu com a rebelião de Lúcifer e os anjos decaídos, tendo continuidade na terra com a tentação e queda de Adão e Eva. (Ez 28. 12-19; Gn 3). Ver Confissão de Fé da Igreja Presbiteriana, [1643-1649] 1980, 15.

³ O Breve Catecismo da Igreja Presbiteriana, [1643-1649] 1995, 11.

quais a lei expressa. Neste sentido, a misericórdia não pode ser exercida em detrimento da justiça, do contrário haveria desarmonia entre os atributos do Ser Divino. Daí a necessidade de uma expiação que expressasse ao mesmo tempo a justiça e a misericórdia, mantendo a harmonia da natureza divina. Logo, ab-rogar as leis de Deus seria o mesmo que ab-rogar a natureza essencial de Deus.

III. ARGUMENTOS BÍBLICOS DA DOCTRINA DA ELEIÇÃO

Tanto no Velho como no Novo Testamento, a Bíblia nos apresenta vários argumentos a favor da eleição. Jesus declarou que ninguém pode vir a ele, se o Pai (Deus) não o trouxer (Jo 6. 44). E acrescentou que nós não o escolhemos, mas ele que nos escolheu (Jo 15. 16). Falando aos seus discípulos, Jesus declara que eles foram escolhidos do mundo (Jo 15. 19). Essas palavras não foram dirigidas apenas aos discípulos. Elas se aplicam ao povo de Deus, em todas as épocas, tanto anteriores como posteriores a Jesus.

A verdade é que, de uma maneira muito especial, fomos escolhidos por Deus. O mais esplêndido nessa escolha é o fato de que Deus nos conheceu antes da fundação do mundo e nos predestinou para si (Rm 8. 29, 30). Quando ele nos “idealizou” na eternidade, criou “de antemão” as boas obras “para que andássemos nelas” (Ef 2. 10).

Fomos eleitos segundo a presciência de Deus “para a obediência” (1 Pe 1. 2). Deus nos elegeu em Cristo antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante dele em amor (Ef 1. 4). Deus nos predestinou para filhos de adoção por Jesus Cristo, para si mesmo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1. 5).

Em Antioquia da Psídia, quando Paulo terminou a sua pregação, os gentios se regozijaram e “creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna” (At 13. 48). O próprio Paulo foi escolhido por Deus “de antemão” para “conhecer” a “vontade” divina, “ver” a Cristo após ter sido glorificado e “ouvir uma voz da sua própria boca” (At 22. 14). Quando escreve aos romanos, Paulo demonstra uma compreensão sem igual acerca da eleição.

Ao referir-se à palavra da promessa dirigida a Rebeca, Paulo diz que Jacó e Esaú “ainda não eram nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal (para que o propósito de Deus, quanto à eleição, prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama), já fora dito a ela [Rebeca]: O mais velho será servo do mais moço. Como está escrito: Amei Jacó, porém me aborreci de Esaú” (Rm 9. 11-13). Então, o apóstolo pergunta: “Há injustiça da parte de Deus? De modo nenhum”, responde. A seguir, cita a palavra de Deus dirigida a Moisés, dizendo: “Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão. Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia”. Paulo encerra o seu argumento citando a palavra de Deus dirigida a Faraó: “Para isto mesmo te levantei, para mostrar em ti o meu poder e para que meu nome seja anunciado por toda a terra. Logo, tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz” (Rm 9. 14-18).

Somos privilegiados porque aprouve a Deus ter misericórdia de nós. Portanto, cada um de nós deve alegrar-se por ter sido eleito por Deus desde o princípio para a salvação (2 Ts 2. 13) e pertencer a uma “raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo [...] daquele que nos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz” (1 Pe 2. 9).

A partir das passagens bíblicas estudadas, está bem claro que cada um de nós foi pessoalmente escolhido por Deus para a salvação. A eleição não é coletiva e condicional como afirmavam os socinianos,⁴ mas pessoal e incondicional.

Os primeiros arminianos advogavam que a eleição é geral e não pessoal; que o decreto da eleição não se refere a indivíduos, mas consiste no propósito de Deus para salvar os crentes como uma classe. Os arminianos modernos ensinam que a fé e as obras previstas são à base da eleição, isto é, Deus, em seu soberano propósito, pré-determinou a fé para ser praticada e, de antemão, preparou as boas obras para serem executadas coletivamente. Segundo eles, a predestinação é apenas uma previsão da fé e boas obras para uma provisão da salvação coletiva. Para tanto, lançam mão de algumas passagens bíblicas para sustentar seus argumentos. Por exemplo: “Os que dantes conheceu também os predestinou” (Rm 8. 29); “Eleitos segundo a presciência de Deus” (1 Pe 1. 2). Isto é, aqueles cuja fé Deus conheceu de antemão foram predestinados.

Como bons calvinistas, sabemos que a passagem de Romanos se refere ao conhecimento que Deus tem das pessoas a quem ele elegeu, e não à previsão da fé como base da eleição. A passagem não diz que a fé prevista é base da eleição, mas somente que Deus conheceu de antemão os indivíduos a quem ele havia de estender a graça da eleição. Nesta passagem, a expressão “dantes conheceu” (no grego, *proégno*) não tem um sentido comum, mas especial. Significa “conhecer previamente e agradecer-se”, “conhecer como seu”. Difere do verbo *oída*, que significa simplesmente “conhecer”. Paulo empregou esse verbo com o mesmo sentido que Cristo empregará quando disser aos perdidos: “Nunca vos conheci” (Mt 7. 23; 25. 12). É óbvio que o Deus Onisciente sabe da existência dos perdidos, apenas não os conhece como seus. O fato é que o arminianismo não deixa espaço para a presciência. Como pode Deus prever sem primeiro determinar? A presciência se baseia na predeterminação. Se Deus pré-sabe é porque ele já pré-determinou. Em se tratando das ações de Deus, nada pode ser previsto a não ser que esteja determinado com certeza.

Segundo o arminianismo, o homem é que elege a si mesmo mediante a sua fé e obras já previstas, não sendo Deus o autor da eleição. A eleição depende da fé e das obras humanas, o que nos tornaria agentes da nossa própria eleição. Entretanto, as Escrituras atribuem a eleição exclusivamente a Deus. Nesse caso, a salvação das crianças, dos loucos, dos insanos, dos “ignorantes” da palavra de Deus, depende exclusivamente da escolha divina e não da fé e obras previstas.

⁴ Os socinianos que diziam que Deus não pode saber previamente as *ações incertas* dos homens e a eleição está inteiramente condicionada a uma vida de fé e santidade. Segundo eles o decreto de Deus determina *apenas* salvar o crente e condenar o ímpio, recompensar o justo e punir o mau, e Deus determina *somente o que* salvar, *porque* salvar, *onde* salvar e *como* salvar, não determinando *quem* será salvo. A condição do decreto é satisfeita pela vontade *indeterminada* do homem. O socinianismo foi um movimento heterodoxo que teve como principais representantes Laélio e Fausto Socínio, que se desviaram dos ideais do protestantismo histórico. O movimento se instalou em Racov, na Polônia e se organizou em 1556, assumindo o nome de Igreja Reformada Menor da Polônia. O documento isolado mais famoso do movimento foi o *Catecismo Racoviano*, publicado em 1605. Os socinianos rejeitaram a doutrina trinitariana do *Credo Niceno*, afirmaram o unitarismo, e repeliram as idéias da predestinação, pecado original, expiação por substituição legal ou penal e a justificação pela fé. Defendendo a salvação pelas obras, demonstraram certas afinidades com o arianismo, o pelagianismo e o cristianismo humanista de Erasmo de Roterdã. O movimento foi suprimido em Racov em 1638 e em toda a Polônia em 1658. Os socinianos foram exilados e fixaram-se na Transilvânia, Prússia oriental e Holanda. Alguns adeptos migraram para a Inglaterra onde fundaram, em 1774, a primeira igreja unitária ou sociniana. Até hoje persiste a denominação, embora com pouca influência. Ver E. F. Harrison (ed.). *Baker's Dictionary of Christian Theology*. [s.l., s.n.], 1960; Vergilius Ferm (ed.). *Encyclopedia of religion*. [s.l., s.n.], 1964.

Nós cremos e praticamos as obras porque fomos eleitos por Deus para a salvação, mas não fomos eleitos para a salvação porque cremos e praticamos as obras. A eleição não é uma consequência da fé e das obras, mas a fé e as obras são uma consequência da eleição. É óbvio que isto não isenta o pecador da sua responsabilidade diante de Deus. Deus criou seres humanos, não autômatos. Ele deu-nos “liberdade” e “poder” de decisão, mas determinou que esta liberdade deveria ser exercida com responsabilidade. Nós temos a liberdade de escolher entre praticar as boas obras ou não. Deus não nos deu o direito de optar por uma natureza sem pecado, como fez com Adão, mas deu-nos o direito de optar por uma vida sem a prática do pecado.

Mas se somos essencialmente maus, como desejaríamos praticar o bem? Somente através da ação primeira do Espírito Santo em nossos corações despertando a vontade de obedecê-lo, “porque Deus é quem efetua em nós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade” (Fp 2. 13).

O arminianismo apresenta algumas ambigüidades teológicas. Embora atribua a Deus a obra de salvação, na prática, termina condicionando a salvação às obras e atitudes humanas, dando a entender que Deus disponibiliza a salvação para o homem, cabendo a ele aproveitá-la. Na sua opinião, a expiação de Cristo é uma oblação e satisfação pelos pecados do mundo inteiro, ou seja, pelos pecados de cada indivíduo que compõe a raça humana.

Os arminianistas também negam que a culpa do pecado de Adão é imputada a todos os seus descendentes, e que o homem é por natureza totalmente depravado e impotente para fazer algum bem espiritual. Embora afirmem que a natureza humana está corrompida e deteriorada devido à queda, também argumentam que o homem pode, por natureza, fazer o que é espiritualmente bom e voltar-se para Deus, mas devido as suas tendências ao mal, perversidade e pecaminosidade da sua natureza, Deus o auxilia através da sua graça suficiente que é oferecida a todos os homens a fim de capacitá-los a alcançar a plenitude das bênçãos espirituais e, por último, a salvação.

IV. SÍNTESE DA COSMOVISÃO CALVINISTA

Cerca de cento e cinquenta anos após a morte de Calvino, o sínodo de Dort se reuniu e sintetizou a visão calvinista em cinco pontos: Depravação Total, Eleição Incondicional, Expiação Limitada, Graça Irresistível, Perseverança dos Santos. O calvinismo ensina que a base da eleição é a vontade soberana de Deus. Este ponto de vista é sustentado pelos presbiterianos, pelos reformados, pelos batistas particulares da Inglaterra, pelos metodistas de Gales, sendo também a doutrina ensinada nos *Trinta e Nove Artigos* da Igreja Anglicana.

A opinião de Calvino está expressa nas *Institutas*. Ali, ele critica a inconveniência da própria expressão “livre-arbítrio”, e usa o termo grego *ethelódoulos* (escravo por querer; escravo por vontade), mostrando que a vontade humana está amarrada ao pecado.⁵ Para Calvino, o ser humano está privado de liberdade da vontade e reduzido a mísera servidão, em contraste com a visão dos filósofos antigos que afirmavam que a vontade humana é livre e soberana.⁶

Calvino também critica os patrísticos que aderiram à visão sinérgica. Ele cita negativamente a declaração de Crisóstomo que disse: “[...] Deus pôs em nosso poder o

⁵ As *Institutas* 1536 (1985). Ver II. 2. 7.

⁶ Id., *ibid.* Ver II. 2. 1.

bem e o mal, deu-nos o livre-arbítrio da escolha e, quando não queremos, não nos força, quando, porém, queremos, abraça-nos”.⁷ Cita também Jerônimo que disse: “Nosso é o começar, de Deus, porém, o terminar: nosso, oferecer o que podemos, dEle prover o que não podemos”.⁸

Calvino discorda veementemente de todas essas afirmações e se apóia em Agostinho e outros patrísticos para fortalecer seus argumentos contra o livre-arbítrio para a salvação e defender a soberania absoluta de Deus na salvação através da eleição.⁹ Ele cita a declaração de Agostinho¹⁰ que o ser humano tem apenas o arbítrio para pecar. Calvino diz:

[...] sem o Espírito a vontade do homem não é livre, uma vez que há sido sujeita a desejos que a acorrentam e a dominam. De igual modo, vencida a vontade pela depravação em que caiu, começou a natureza humana a carecer de liberdade. Também usando mal o livre-arbítrio, o homem não somente a si mesmo se perdeu, mas ainda a seu arbítrio.¹¹

Este ponto de vista é posteriormente reafirmado pelos teólogos de Westminster, que escreveram a nossa Confissão de Fé:

O homem, caindo em um estado de pecado, perdeu totalmente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação, de sorte que um homem natural, inteiramente adverso a esse bem e morto no pecado, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso. [...] Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta da sua natural escravidão ao pecado e, somente pela sua graça, o habilita a querer e fazer com toda liberdade o que é espiritualmente bom, mas isso de tal modo que, por causa da corrupção, ainda nele existente, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau.¹²

Calvino faz, também, uma exposição da doutrina da eterna eleição, pela qual Deus predestinou alguns para a salvação e outros para a perdição. Ele diz:

Chamamos predestinação o eterno decreto de Deus pelo qual houve em si por determinado quê acerca de cada homem quisesse acontecer. Pois, não são criados todos em igual condição; pelo contrário, a uns é *preordenada* a vida eterna, a outros a eterna danação. Portanto, como criado foi cada qual

⁷ Id., ibid. Ver II. 2. 4.

⁸ Id., ibid. II. 2. 4. A citação de Jerônimo está na obra *Dialogus Contra Pelagianos*, livro III, cap. I (PLM, vol. XXIII, 569).

⁹ Agostinho (345-450) escreveu as obras *Cidade de Deus* e *Confissões*. Ele enfrentou em 416, no Concílio de Cartago, os pelagianos que ensinavam que o homem não sofreu nenhuma consequência com a queda; diziam que o homem não está enfermo e nem morto em seus delitos e pecados; o homem pode, por si mesmo, decidir entre o bem e o mal, podendo aceitar ou não a salvação porque é livre. Agostinho, fundamentado nas Escrituras, derrota as teses pelagianas.

¹⁰ Loc. cit. Ver II. 2. 8.

¹¹ Id., ibid. Ver II. 2. 8.

¹² Op. cit., 20-1.

para um ou outro desses dois fins, assim o dizemos *predestinado* ou para a vida ou para a morte.¹³

Os teólogos de Westminster confirmam o mesmo ponto de vista como podemos observar na nossa Confissão de Fé, que diz o seguinte:

Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são *predestinados* para a vida eterna e outros *preordenados* para a morte eterna. [...] Esses homens e esses anjos, assim *predestinados* e *preordenados*, são particular e imutavelmente designados; o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído.¹⁴

Calvino afirma que a Escritura mostra claramente que Deus, no seu eterno e imutável desígnio, determinou, de uma vez por todas, salvar aqueles que há muito “quereria receber para sempre à salvação”, e condenar aqueles que há muito “quereria devotar à perdição”.¹⁵ Segundo ele, Deus estabeleceu a vocação como o testemunho da eleição, a justificação como o sinal da manifestação da eleição, e a glorificação como marco da consumação da eleição. Fica claro, portanto, no dizer de Calvino, que fomos eleitos para sermos santos, não porque somos santos; para praticarmos as boas obras, não pelas nossas boas obras; para conquistarmos méritos, não pelos nossos méritos.¹⁶ A evidência imediata da nossa eleição para a salvação é a vocação eficaz.¹⁷

Conclui-se, então, que a doutrina da eleição nos moldes calvinistas é a que apresenta maior coerência bíblico-teológica devido aos seguintes fatos:

1. É fundamentada nas Escrituras.
2. As Escrituras falam de uma eleição feita por Deus, desde toda a eternidade.
3. O decreto da eleição contempla a raça como já caída, e tira o pecador de um estado de pecado e miséria, para a salvação.
4. Qualquer teoria que substitua a escolha de Deus por uma doutrina que faz o homem eleger-se a si mesmo está em desacordo com as Escrituras.
5. Assim como o ser humano não escolhe onde e quando nascer, quem serão os seus pais, como será educado, também não escolhe ser salvo.
6. A salvação do ser humano depende da escolha exclusiva e absoluta de Deus que é operacionalizada através da eleição.
7. Se a salvação dependesse do próprio ser humano e não de Deus, ninguém jamais seria salvo, e o sacrifício de Cristo teria sido em vão.
8. Se as crianças, os loucos, os ignorantes, os incapazes são salvos, só o podem ser pela eleição direta e soberana de Deus que escolhe essas pessoas.
9. A iniciativa no processo de salvação é sempre de Deus, nunca do ser humano.

¹³ Id., *ibid.* Ver III. 21. 5. Calvino emprega os verbos *preordenar* e *predestinar* com o mesmo sentido.

¹⁴ Loc. cit., 7- 8.

¹⁵ As Institutas. III. 21. 7.

¹⁶ Id., *ibid.* III. 22. 3.

¹⁷ Confissão de Fé da Igreja Presbiteriana, [1643-1649], 1980, 9.

V. A OBRA DA REDENÇÃO CUMPRINDO O PROPÓSITO DA ELEIÇÃO

O apóstolo Paulo diz que “vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou o seu Filho” (Gl 4. 4). Esta declaração de Paulo é muito significativa. Principalmente porque nos dias de Jesus o judaísmo estava fragmentado e não mais atendia às necessidades espirituais da população. Havia um misto de religiosidade acrescida de um acentuado nacionalismo. A nação judaica permanecia sob o jugo de Roma e aguardava o dia em que o Messias viria resgatá-la. Foi nesse contexto repleto de transformações que Jesus Cristo iniciou seu ministério.

O mundo antigo havia sido preparado para a vinda de Jesus. Ele veio na plenitude dos tempos quando as respostas do intelecto e da religiosidade não mais satisfaziam os anseios da humanidade. Ele apareceu em um tempo propício para formar sua Igreja e anunciar o evangelho por toda a terra. Todas as coisas tinham sido dispostas de tal modo pelas mãos de Deus-Pai que a vinda de Deus-Filho obteve pleno êxito.¹⁸

Cristo realizou um sacrifício vicário, isto é, sofreu em nosso lugar porque a queda violou a justiça de Deus e nos tornou merecedores do justo castigo. Estávamos inabilitados para fazer qualquer ato em nosso favor. Ele cumpriu, através da expiação, a exigência da lei de Deus que era requerida de todos nós e o propósito da eleição.

A união entre Cristo e os eleitos é realizada pelo Espírito Santo de uma forma misteriosa e sobrenatural denominada *unio mystica* ou união mística. Cristo assumiu voluntariamente o encargo de ser “Cabeça e Fiador” de todos os eleitos pagando a dívida dos seus pecados mediante uma obediência perfeita a Lei, assegurando o seu direito à posse da vida eterna a fim de constituir uma nova humanidade para Deus. Esta nova humanidade torna-se presente nos eleitos através da sua união mística com Cristo que é operacionalizada pelo Espírito Santo.¹⁹

Clark diz que “o primeiro passo na obra do Espírito Santo e a vocação ou chamada”.²⁰ Ele apresenta essa chamada de duas maneiras: externa e eficaz. A chamada externa é universal, dirigida a todos e expressa nas palavras de Jesus “Vinde a mim todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei” (Mt 11. 28). O Espírito e a esposa dizem: “Vem. E quem tem sede, venha e quem quiser tome de graça da água da vida” (Ap 22. 17). Trata-se de uma chamada universal dirigida a todos, indistintamente, porém muitos são chamados, mas poucos escolhidos (Mt 20. 16, 22. 14).

No Catecismo Maior, pergunta 67, “Que é vocação eficaz?”, a resposta é a seguinte: “Vocação eficaz é a obra do poder e graça onipotente de Deus, pela qual (do seu livre e especial amor para com os eleitos e sem que nada neles o leve a isto), Ele, no tempo aceitável, os convida e atrai a Jesus Cristo pela sua palavra e pelo seu Espírito, iluminando os seus entendimentos de uma maneira salvadora, renovando e poderosamente determinando as suas vontades, de modo que eles, embora em si mortos

¹⁸ Nichols, 1981, 5.

¹⁹ No dizer de Berkhof, Calvino expressou várias vezes a idéia de que o pecador não pode participar dos benefícios salvadores da obra redentora de Cristo, a menos que esteja em união com ele, [pois...] assim como Adão foi o cabeça e representante da antiga humanidade, Cristo é o cabeça e representante da nova humanidade. Berkhof apresenta as seguintes características da união mística: É uma união orgânica porque Cristo e os eleitos formam um corpo; é uma união vital porque Cristo é o princípio vitalizador e dominante; é uma união mediada pelo Espírito Santo. É uma união recíproca (Cristo-eleito; eleito-Cristo); é uma união pessoal porque a pessoa de Cristo torna-se infusa em nós; é uma união transformadora. Loc. cit., 533.

²⁰ Clark, 1985, 306-7.

no pecado, tornam-se por isso prontos e capazes de livremente responder a sua chamada e de aceitar e abraçar a graça nela oferecida e comunicada”.²¹

O Espírito Santo realiza a sua obra na redenção regenerando os eleitos. A palavra grega usada para “regeneração” é *palingenesia*, e se encontra em Mt 19. 28 e Tt 3. 5, e somente nesta última passagem se refere ao princípio de vida nova que deveria ser comum ao verdadeiro cristão. A regeneração consiste na implantação da nova vida espiritual no ser humano, que o induz a uma mudança radical de opiniões e posturas, livrando-o do medo e da incerteza. A regeneração afeta o ser humano por inteiro: intelecto (1 Co 2. 14, 15, 2. 4. 6, Ef 1. 18, Cl 3. 10, vontade (Sl 110. 3, Fp 2. 13, 2. Ts 3. 5) e sentimentos (Sl 42. 1, 2, Mt 5. 4, 1 Pd 1. 8).

O Espírito Santo realiza a sua obra na redenção santificando os eleitos. No nível soteriológico, a resposta à pergunta número 77 do Catecismo Maior ajuda a elucidar a obra do Espírito Santo: “Em que difere a justificação da santificação? [...] Na justificação Deus imputa a justiça de Cristo, e na santificação o seu Espírito infunde a graça e dá forças para a exercer. Na justificação o pecado é perdoado, na santificação ele é subjugado”.²²

O Espírito Santo realiza a sua obra na redenção promovendo a perseverança dos eleitos. Aqueles a quem Deus regenerou e chamou eficazmente a um estado de graça, não podem cair total ou definitivamente desse estado, pois perseverarão com toda segurança até o fim e serão salvos para sempre. Segundo Berkhof, “esta doutrina foi ensinada primeiramente por Agostinho [que...] sustentava que os eleitos não podiam cair ou perder-se”.²³ Calvino aperfeiçoou a visão de Agostinho e incluiu a doutrina da perseverança dos santos nos seus cinco pontos teológicos.

Subseqüente à depravação total, à eleição incondicional, à expiação limitada e ao chamado eficaz, temos a perseverança dos santos, que é corroborada pela Escritura que diz: “Aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará até o dia de Jesus Cristo” (Fp 1. 6).

O crente em Cristo pode cair em tentação, mas o Senhor não o deixará ser tentado além de sua capacidade, e com a tentação dará também o livramento de modo que o crente seja vitorioso e prossiga de novo nas coisas que dizem respeito à sua salvação para a glória de Cristo (1 Co 9.13). Com o auxílio do Espírito Santo, os eleitos do Senhor perseverarão.

BIBLIOGRAFIA

BERKHOF, L. *Teologia Sistemática*. Trad. Felipe Delgado Cortés. Grand Rapids,

Michigan: T.E.L.L., 1983.

BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEVRA. Edição Revista e atualizada no Brasil. São Paulo

e Barueri: Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

²¹ Catecismo Maior da Igreja Presbiteriana, [1643-1649] 1980, 83.

²² Id., *ibid.*, 86-7.

²³ Berkhof, 1983, 653.

CALVINO, João. *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*. Trad. Waldyr Carvalho Luz. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.

CATECISMO MAIOR DA IGREJA PRESBITERIANA. 7 ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1980.

CHAMPLIN, Russel N. e BENTES, João M. ENCICLOPÉDIA DE BÍBLIA, TEOLOGIA E FILOSOFIA. São Paulo: Candeia, 1991.

CLARK, David S. *Compêndio de Teologia Sistemática*. Recife: Casa Editora Presbiteriana, 1985.

CONFISSÃO DE FÉ DA IGREJA PRESBITERIANA. 7 ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1980.

FERM, VERGILIUS (ed.). *Encyclopedia of religion*. [s.l., s.n.], 1964.

HARRISON, E. F. (ed.). *Baker's Dictionary of Christian Theology*. [s.l., s.n.], 1960.

MARASCHIN, J. C. *O Espelho e a Transparência, o Credo Niceno-Constantinopolitano e a Teologia Latino-Americana*. Rio de Janeiro: CEDI, 1989.

NICHOLS, Robert H. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

ENGLISH ABSTRACT

The author's purpose is to highlight the Doctrine of Election applied to Christians everyday life. The author's *a priori* conclusion is that many Presbyterian Christians have an incomplete soteriological comprehension which has been produced by escatological dispensationalist ideas spread by non-reformed evangelical groups which came up in the beginning of the Twentieth Century. The author's main thesis is that one of the most effective ways to tackle this issue is to make a short, clear and practical approach on the Doctrine of Election by focusing its positive side in the Christian everyday life by including the subject in the Sunday School classes and doctrinal services. Author emphasizes God's purpose on the Election by focusing the Covenant between God and Christ, which made way for God's Grace coming to us after Works Covenant foiled. Author goes through the issue of obedience required by God's Law and the connection between mercy and justice. Author points out biblical arguments on the Doctrine of Election and concludes the essay with calvinist standpoint.

KEY WORDS

Eleição, pacto, graça, redenção, perseverança.